



## HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro

São Luís-MA, CEP 65020-070

(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.016746/2021-74

### 1. OBJETO

1.1. Constituição de Registro de Preços do Hospital Universitário da UFMA para aquisição de material permanente tipo **ventiladores de parede, ar condicionados**, conforme a especificação e quantidade constante no item **3**, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. A existência de preços registrados não obriga o Hospital Universitário da UFMA, a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 3º., do Artigo 66, da Lei nº. 13.303/2016 e do art. 16 do Decreto nº. 7.892/13, bem como na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Lei 5.450 de 31 de maio de 2005.

### 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Trata-se da aquisição de material permanente para uso do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com a estimativa média de consumo e com a devida autorização e aprovação da Autoridade competente, conforme consta no presente processo.

2.1.2. A utilização do Sistema de Registro de Preços, nesta contratação, possibilita a aquisição do material permanente do objeto deste termo de referência com diminuição do tempo de aquisição do bem, redução do volume de estoque com economia de recursos, do espaço para armazenamento e do pessoal envolvido, podendo, a Administração adquirir o produto ao longo do ano de acordo com a necessidade da Instituição.

2.1.3. Considerando que há necessidade desses materiais para atender as demandas, em relação à climatização e ventilação, tanto da área administrativa quanto da área assistencial, do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão é que justifica-se a contratação para aquisição desses materiais.

2.1.4. Além disso, esses equipamentos visam garantir a climatização necessária dos ambientes das áreas assistenciais e administrativas do HUUFMA, influenciando na melhora da qualidade dos serviços prestados e propiciando melhor conforto térmico bem como um ambiente de trabalho mais agradável para o desenvolvimento das atividades exercidas por este Hospital.

### 3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

#### 3.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

TEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
01	298897	<p>VENTILADOR DE PAREDE - VENTILADOR DE PAREDE - DIÂMETRO DE HÉLICE NO MÍNIMO 50 CM E NO MÁXIMO 55 CM DIÂMETRO DE GRADE NO MÍNIMO 55 CM E NO MÁXIMO 60 CM COR PRETO QUANTIDADE DE HÉLICE NO MÍNIMO 3.</p> <p>-VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE DE, NO MÍNIMO, TRÊS VELOCIDADES DEFINIDAS, PARA USO HOSPITALAR.</p> <p>-BASE DE FIXAÇÃO À PAREDE</p>	UM	300		

		<p>EM AÇO CARBONO, COM 4 PARAFUSOS, MEDINDO 90 MM COMPRIMENTO, 90 MM DE ALTURA E COM 1,2 MM DE ESPESSURA. TOLERÂNCIA DE <math>\pm 2,5\%</math>.</p> <p>- TUBO DE FIXAÇÃO COM 38 MM DE DIÂMETRO, ESPESSURA DE 0,75 MM, COMPRIMENTO DO TUBO DE 150 MM. TOLERÂNCIA DE <math>\pm 2,5\%</math>.</p> <p>- CANOPLA DE ACABAMENTO INJETADA EM POLIAMIDA PARA COBRIR A BASE DE FIXAÇÃO NA PAREDE.</p> <p>- CAPA ENVOLTÓRIA DO MOTOR (CARCAÇA) EM POLIAMIDA INJETADA NA COR PRETA.</p> <p>- SUPORTE DE LIGAÇÃO ENTRE BASE E A CARCAÇA DOTADO DE ARTICULAÇÃO COM PARAFUSO METÁLICO E BORBOLETA QUE PERMITA A REGULAGEM DA ARTICULAÇÃO NO SENTIDO VERTICAL DO CONJUNTO MOTOR E HÉLICES, PROVIDO DE MOLA PARA SUSTENTAÇÃO DO PESO DO EQUIPAMENTO.</p> <p>- O EQUIPAMENTO DEVE SER DOTADO DE GRADE DE PROTEÇÃO DE ACORDO COM OS REQUISITOS DE SEGURANÇA DA IEC 60335-2-80, INDEPENDENTE DA ALTURA EM QUE FOR INSTALADO.</p> <p>- AS GRADES DEVERÃO SER EM AÇO E ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA. OS RAIOS DE 1,6 MM, ARGOLA EXTERNA DE 3 MM, ARGOLAS INTERMEDIÁRIAS 2 MM. TOLERÂNCIA DE <math>\pm 2,5\%</math>.</p> <p>- AS GRADES NÃO PODERÃO SER REMOVIDAS SEM O USO DE FERRAMENTAS.</p> <p>- DEVERÁ POSSUIR MOTOR ELÉTRICO QUE POSSA SER ALIMENTADO 220 VOLTS MONOFÁSICO, SEM A NECESSIDADE DE TRANSFORMADOR.</p> <p>- OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO APRESENTAR CONTROLE DE VELOCIDADE TIPO ROTATIVO COM NO MÍNIMO 3 (TRÊS) NÍVEIS DE VELOCIDADE (BAIXA, MÉDIA E ALTA).</p> <p>- O ACIONAMENTO DEVERÁ SER DO TIPO CONTROLE DE PAREDE E COM RESISTÊNCIA A ANTI CHAMA.</p> <p>- OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO RESPEITAR OS SEGUINTE NÍVEIS MÍNIMOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA CADA UMA DAS VELOCIDADES:</p> <p>- VELOCIDADE EFICIÊNCIA MÍNIMA</p> <p>- MÁXIMA (0,0040 M<sup>3</sup>/S W) *M MÉDIA (0,0040 M<sup>3</sup>/S W) *M MÍNIMA (0,0040 M<sup>3</sup>/S W) *M</p> <p>- A VAZÃO PARA OS VENTILADORES DE PAREDE, OBSERVANDO-SE CADA UMA DAS VELOCIDADES, DEVE ATENDER AOS VALORES MÍNIMOS DE VAZÃO, APRESENTADOS NO QUADRO DE VAZÃO MÍNIMA A SEGUIR:</p> <p>-QUADRO DA VAZÃO MÍNIMA</p> <p>VELOCIDADE VAZÃO MÍNIMAUI/ M<sup>3</sup>/S MÍNIMA 0,33 M<sup>3</sup>/S - MÁXIMA 0,45 M<sup>3</sup>/S MÉDIA 0,37</p>				
02	244046	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI WALL, COM CAPACIDADE 12.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO R410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	60		
03	250835	CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT HI WALL, COM CAPACIDADE 18.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM,	UM	30		

		FLUIDO REFRIGERANTE R410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.				
04	354890	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT HI WALL, COM CAPACIDADE 22.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	15		
05	238836	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT HI WALL, COM CAPACIDADE 24.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	20		
06	272685	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT HI WALL, COM CAPACIDADE 30.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	20		
07	399654	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT TIPO CASSETE , COM CAPACIDADE 30.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, UNIDADE CONDENSADORA COM 4 SAÍDAS DE AR, DIMENSÕES [ LXAXP] MM, 840 X 300 X 840 MM, SERPENTINA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	05		
08	355747	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE 36.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 220 V MONOFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO	UM	10		
09	239615	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE 48.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 380 V TRIFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM ALETAS DE ALUMÍNIO E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	10		
10	398485	CONDICIONADOR DE AR MODELO SPLIT PISO-TETO, COM CAPACIDADE 60.000 Btu/h NA VERSÃO FRIO, TENSÃO DE OPERAÇÃO 380 V TRIFÁSICO, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO DIGITAL, SELO PROCEL A, DUPLA FILTRAGEM, FLUIDO REFRIGERANTE R 410 A, SERPENTINA DA UNIDADE CONDENSADORA EM COBRE SEM COSTURA COM VENTILADOR AXIAL E GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	UM	5		

<b>TOTAL</b>	
--------------	--

3.2. É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art.81 da Lei 13.303.

3.3. Os valores estimados servirão apenas de subsídios ao agente da licitação para negociação com as licitantes na fase de avaliação das propostas e habilitação do certame, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o HU-UFMA/EBSERH.

3.4. O valor do preço unitário é o máximo que o HUUFMA dispõe a pagar por contratação;

3.5. As especificações claras e detalhadas dos bens ofertados deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim, "Descrição Detalhada" do objeto ofertado disponível no sistema ComprasNet, sob pena de desclassificação;

3.6. Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aqueles do sistema ComprasNet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.7. Foi atribuído um código geral de CATMAT para o item 7 por não constar ainda código que corresponda ao referido item. Para todos itens, se houver divergência entre a descrição do código CATMAT e a descrição constante no deste Termo de Referência, prevalecerá a descrição do referido Termo.

3.8. O licitante participante deste pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

3.9. Caso a garantia do fabricante seja maior que a exigida neste Termo de Referência, deverá prevalecer a garantia do Fabricante.

3.10. Os bens adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos Art. 3º, inciso II do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

3.11. Contratação COM previsão de destinação exclusiva da presente licitação às ME/EPP (Art. 10, incisos I e II, do Decreto nº 8.538/2015) conforme **Relatório de Competitividade** (15548303) (15548740). **Itens com destinação exclusiva:** 03, 04, 05, 07, 09 e 10.

#### 4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Trata-se de aquisição bens de natureza comum, conforme o parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### 5. **PROPOSTA DE PREÇO**

5.1. A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) nome comercial / marca;
- b) prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- c) prazo de entrega para ar condicionados: não superior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir do recebimento da nota de empenho;
- d) prazo de entrega para ventiladores: não superior a 30 (trinta) dias corridos para contados a partir do recebimento da nota de empenho;
- e) Prazo de garantia de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir do recebimento definitivo;
- f) manual original do equipamento que tenha dados sobre o aparelho oferecido em sua proposta, descrevendo, detalhadamente, os seus dados técnicos: marca; capacidade e modo de operacionalização, por ocasião da apresentação da proposta, impresso ou digitalizado (CD ou pen drive).

5.2. Declaração de Sustentabilidade Ambiental contida no edital.

5.3. Se a especificação do objeto contida na Proposta de Preços não atender às exigências do edital, a proposta será automaticamente desclassificada.

5.4. Mesmo que a especificação do objeto contida na Proposta de Preços atenda às exigências do edital, o HU-UFMA/EBSERH, poderá solicitar apresentação de catálogo e/ou amostra, para a licitante afim de averiguação da conformidade do produto a ser fornecido com o exigido no edital. Caso a amostra não esteja em conformidade, a proposta será desclassificada.

5.5. Após a fase de lance e análise do requisitante poderão ser solicitadas amostras, as quais deverão ser enviadas, em embalagem personalizada, de acordo com a marca cotada e quantidade solicitada, indicada pelo pregoeiro **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, sob pena de desclassificação da proposta.

## 6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Documentos complementares para a habilitação técnica.

6.2. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de atestado (s)** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

## 7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

7.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

7.2. As licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

7.3. As empresas, não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas. **Para iniciar o procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado ou quem o represente deverá acessar o Sicaf no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

7.4. **Não poderão participar desta licitação:**

7.5. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 e parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh, que assim determina:

I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh;

II - Suspensa pela Ebserh;

III - Declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

7.6. **Parágrafo único.** Aplica-se a vedação prevista no *caput*:

I - à contratação das pessoas elencadas no inciso I do *caput*, como pessoa física, bem como à participação delas em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - à contratação de empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Ebserh;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Ebserh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Ebserh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior signatárias de contratos de gestão com a Ebserh.

IV - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Ebserh há menos de 6 (seis) meses.

7.7. Estão impedidas também de participar da presente licitação empresas:

7.8. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Licitação;

7.9. Estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

7.10. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no subitem 14.4.3.7.1 deste Edital;

7.11. Como condição para participação nesta Licitação, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.12. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

7.13. Nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame exclusivamente em relação àqueles assinalados;

7.14. Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

7.15. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

7.16. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.17. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.18. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

7.19. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

7.20. Que os materiais são fornecidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

7.21. As declarações mencionadas nos subitens anteriores serão visualizadas **no Sistema Comprasnet** pelo Agente de Licitação, na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por outra forma.

7.22. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, bem como a falsidade relacionada aos termos do subitem 6.3 do Edital, sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, bem como a tipificação no **crime de falsidade ideológica**, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, consoante determina o artigo 41 da Lei 13.303/16 e artigo 117 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

7.23. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

## 8. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

8.1. O licitante vencedor obrigará-se a:

8.2. Responsabilizar-se por todas as despesas com impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados.

8.3. Efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 3, **no prazo indicado no item 4 do Termo de Referência**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.

8.4. Substituir às suas expensas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento da notificação expedida pelo HU-UFMA/EBSERH, o material caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencido ou em desacordo com as especificações do Edital.

8.5. Comunicar ao HU-UFMA/EBSERH, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto.

8.6. Fornecer produtos novos e de primeiro uso acompanhados dos manuais técnicos, quando for o caso, na versão em português e relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.7. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

8.8. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

8.9. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, verificando sempre o seu bom desempenho, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos em conformidade com o instrumento convocatório, observando sempre os critérios de qualidade dos produtos a serem fornecidos.

8.10. Fornecer os materiais de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

8.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.13. Manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, fax, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE.

8.14. Deixar prevalecer a garantia fixada pelo fabricante ou fornecedor, caso o prazo seja maior do que o mencionado.

8.15. Cumprir todas as obrigações constantes no ENCARTE I (17649180) - no que tange ao tratamento de dados pessoais.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento do material a cargo da licitante vencedora.
- 9.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 9.3. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente da EBSERH/HU-UFMA.
- 9.4. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o licitante vencedor.
- 9.5. Efetuar o controle de qualidade dos materiais recebidos;
- 9.6. Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da Contratada dando-lhe acesso às suas instalações;
- 9.7. Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela contratada e que digam respeito à natureza dos materiais a serem entregue.

#### 10. ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 10.1. A entrega do (s) material (is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central da EBSERH - Hospital Universitário da UFMA, a partir do recebimento da Nota de Empenho**, no seguinte endereço: **Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)**, no horário das **08:00 às 11:00 das 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis**. Quanto à entrega.
- 10.2. A entrega do(s) material(is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central do HU-UFMA/EBSERH, obedecendo o item 4.1 nas alíneas "c" e "d"**.
- 10.3. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:
- 10.4. Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes no item 3 deste Termo de Referência, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.
- 10.5. Definitivamente – no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.
- 10.6. Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do HU-UFMA/EBSERH, para fins de pagamento.
- 10.7. Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.
- 10.8. Prazo de validade dos materiais não inferior a: 12 (doze) meses a partir do recebimento definitivo.
- 10.9. Os produtos deverão apresentar quando da entrega, registrados em suas embalagens os seguintes dados: **data de fabricação; data de validade do produto, lote de fabricação, as embalagens violadas serão rejeitadas.**

#### 11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSERH cujo elemento de despesa específico deverão constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela Divisão de Administração Financeira.
- 11.2. De acordo com Art. 34 da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e Art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.

#### 12. DOS PAGAMENTOS



- 12.1. A EBSEH/Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à licitante vencedora, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela Contratada, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e sua consequentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e pelo Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.
- 12.2. Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para CONTRATANTE.
- 12.3. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência, por parte da CONTRATADA, de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.5. Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, anexando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:
- 12.6. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- 12.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);
- 12.8. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- 12.9. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 12.10. Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- 12.11. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 12.12. Constatando-se, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência ou situação de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 12.13. Na hipótese de obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, caso a autoridade competente não acate a justificativa apresentada em defesa, será realizada a compensação entre o crédito e o débito, nos termos do art. 368 do Código Civil, efetuando-se o pagamento do resultado, se houver.
- 12.14. Persistindo irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro e preços da Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do registro de preços, caso o contratado não regularize sua situação.
- 12.16. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante, não será cancelado o registro da Contratada em situação de irregularidade.
- 12.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem retenção ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, ou informação em documento fiscal de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de

atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

12.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

### 13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

13.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber;

13.2. Os licitantes deverão apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do modelo constante no Edital.

13.3. Cumprir as orientações do Decreto nº 7.746 de junho de 2012, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

### 14. DAS SANÇÕES

14.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Ebserh, nos termos do artigo 113 do RLCE, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

14.1.1. Não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.1.3. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.4. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a rede Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

14.1.5. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

14.1.6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.7. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

14.1.8. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

14.1.9. Não mantiver a proposta;

14.1.10. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.11. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

14.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

14.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **HU-Ufma/Ebserh**;

II - Multa, na seguinte forma:

a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;

c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;

d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**§ 1º** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.

**§ 2º** As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

**§ 3º** Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

14.5. Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

14.7. As penalidades que gerarem aplicação de multas **quando inferiores ou iguais ao valor de R\$ 10,00 (dez) reais serão abonadas**, conforme decisão da Superintendente do **HU-Ufma/Ebserh**.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

14.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio

da proporcionalidade.

14.10. Cabe ao Órgão Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 6º, Parágrafo Único, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

14.11. Compete ao Órgão Não Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 22, § 7º, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

14.12. Às licitantes será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bityli.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

#### 15. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 16. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. É vedada a subcontratação parcial do objeto, associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato.

#### 17. **DA VIGÊNCIA**

17.1. A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (dose) meses, sem possibilidade de prorrogação.

#### 18. **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

18.1. Ao fiscal, designado pela autoridade competente do Contratante, compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a entrega, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, os quais de tudo darão ciência à Contratada.

18.2. A FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da HUUFMA ou de seus agentes e prepostos.

18.3. A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 19. **RESCISÃO CONTRATUAL**

19.1. Para os casos de rescisão contratual, deverá seguir a Lei 13303/2016 e o Título IV "Dos Contratos e Convênios" Capítulo III "Das sanções e da Rescisão do Contrato" Seção II "Dos casos de rescisão do contrato" do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

#### 20. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

20.1. Para os casos de alteração contratual, deverá seguir a Lei 13303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

#### 21. **REAJUSTES**

21.1. Sem previsão de reajustes, os preços serão fixos e irreajustáveis.

**22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

22.1. Não haverá exigência de garantia para a presente contratação.

**23. DA GARANTIA CONTRATUAL**

23.1. prazo de garantia dos equipamentos não inferior a 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo do material.

23.2. A garantia será acionada caso se constate, durante o período do item 4.1, qualquer avaria, defeito ou outra circunstância que impeça o objeto contratado de produzir a utilidade a que se destina, devendo ser substituído no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pelo fornecedor, da expressa notificação, por telefone ou e-mail fornecidos pela contratada, feita pelo HUUFMA.

**24. DA UTILIZAÇÃO DO SRP**

24.1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

24.2. A vigência da ata é de 12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação.

24.3. A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto 7.892/13, que traz:

"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão."

24.4. Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe:

"Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

24.5. **Optou-se por permitir a adesão por entender que**, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, conseqüentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão, desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

**25. RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA**

25.1. O presente "Termo de Referência" foi elaborado pelo Setor de Infraestrutura Física da EBSEH – HU-UFMA, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

**26. ENCARTE**

26.1. ENCARTE A - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - (SEI nº 17649180).

26.2. ENCARTE B - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE (SEI nº 17649616).



Documento assinado eletronicamente por **Raimunda Pereira Martins, Assistente Administrativo**, em 30/11/2021, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago dos Santos Maia, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 30/11/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Ladielson Alves da Silva, Chefe de Setor**, em 30/11/2021, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Viana Ferreira, Assistente Administrativo**, em 30/11/2021, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17966490** e o código CRC **D899EB88**.

---

**Referência:** Processo nº 23523.016746/2021-74 SEI nº 17966490